

The background features several overlapping circular and rectangular panels containing financial data. The top panel shows a line chart for EUR/USD with a price of 1,35379 and a date of 14 June (EEST). The middle panel shows a Heikin Ashi chart for Gold spot with a price of 1,276,820 and a date of 13 June (CEST). The bottom panel shows a quote list for World Markets, including Dow Jones and SSE. The overall aesthetic is dark with teal and blue highlights.

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES RAI - 2023

JUSPREV

APRESENTAÇÃO

O **Relatório Anual de Informações (RAI)** é um documento onde são compilados diversos conteúdos e dados importantes sobre a JUSPREV e o PLANJUS, plano de benefícios previdenciários exclusivo dos membros do Ministério Público, da Justiça Brasileira, auditores fiscais da Receita Federal e membros de Tribunais de Contas. Esta edição, referente às atividades realizadas no ano de 2023, concentra algumas das mais importantes conquistas na trajetória da entidade em seus 16 anos.

Ao decorrer desta leitura será possível encontrar as mais diversas informações referentes à atividades da JUSPREV, bem como números de participantes, patrimônio e relatórios de investimentos.

Ressaltamos, através da divulgação deste documento, que a transparência é o princípio que guia toda a atuação da entidade. Portanto, as informações aqui presentes representam em totalidade os dados referentes às rentabilidades líquidas dos investimentos, e demais diferenciais que tornam a JUSPREV uma referência em tratativas com os participantes e demais grupos de interesse.

Por fim, reforçamos que os êxitos adquiridos durante o ano de 2023 refletem o esforço contínuo da entidade para oferecer os melhores resultados aos participantes, e, assim continuarmos em busca de constante crescimento.

Desejamos uma boa leitura!

Apresentação RAI	2
Palavra da Diretoria	4
Colaboradores	5
JUSPREV em Números	6
Participantes Ativos	7
Patrimônio	7
Portabilidades de Entrada	7
Aportes	8
Pagamentos de Benefícios	8
Indicadores das Despesas Administrativas	9
Taxa de Administração Sobre os Recursos Garantidores	10
Taxa de Carregamento Administrativo sobre as Contribuições	10
Despesas Administrativas em relação ao total de participantes	10
Despesas Administrativas em relação aos Recursos Garantidores	11
Despesas Administrativas em relação às Receitas Administrativas	11
Despesas Administrativas em relação ao Ativo Total	11
Despesas de Pessoal em relação às Despesas Administrativas Totais	12
Evolução Fundo Administrativo	12
Relatório sobre Investimentos	13
Alocação de recurso por segmento	14
Relatório Previdenciário	14
Comparativo de Rentabilidade	14
Alocação de recurso por segmento e por veículo de investimentos	15
Relatório de Gestão Anual	18
SOMMA	19
Icatu Vanguarda	23
Resumo da Política de Investimentos	24
Apresentação	25
Sobre a Entidade	25
Estrutura de Governança de Investimentos	26
Designação das Funções de AETQ e ARGR	26
Diretrizes gerais para Procedimentos de Investimentos	26
Sobre o Plano	27
Alocação de Recursos	27
Restrições	28
Derivativos	28
Demonstrações Contábeis	30
Balanço Patrimonial Consolidado	31
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado	31
Demonstração do Ativo Líquido	32
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	32
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado	33
Demonstração das Provisões Técnicas	34
Parecer Atuarial do Plano de Benefícios	35
Objetivo	36
Dados Cadastrais Financeiros	36
Hipóteses Atuariais	37
Resultados da Avaliação Atuarial	38
Riscos Atuariais e outros fatos relevantes	39
Considerações finais	40
Parecer dos Auditores Independentes	41
Parecer do Conselho Fiscal	46
Manifesta�o do Conselho Deliberativo	47
�rg�os Estatutários	48
Instituidoras	51

PALAVRA DA DIRETORIA



O ano de 2023 marcou um momento especial na história da JUSPREV. Diante de um cenário desafiador para o segmento previdenciário, levando em consideração as mudanças do mercado financeiro, o ano de 2023 demonstrou a força e a relevância da JUSPREV ao contornar os desafios e entregar aos participantes resultados satisfatórios e rentabilidade positiva acumulada.

Entre os principais marcos alcançados em 2023, o número de 100 Associações Instituidoras que representa a abrangência da entidade em todo o território nacional, além de estender o seu título de maior união formal de carreiras jurídicas públicas de todo o país. Destaca-se também o alcance de 500 milhões em ativos administrados, que posiciona a entidade entre os dez maiores fundos de pensão instituídos do Brasil, segundo ranking da ABRAPP.

Essas duas conquistas expressivas refletem o esforço conjunto de todos os responsáveis pelas atividades da JUSPREV, desde a Diretoria Executiva, que expande as possibilidades de alcance da entidade em todo o Brasil, traçando metas à altura de seu potencial, bem como seus órgãos colegiados que, através de suas expertises, buscam constantemente o crescimento exponencial de participantes e rentabilidade.

A JUSPREV está em constante busca por excelência e satisfação para os participantes, e, em 2024, o nosso propósito ganha força com novas estratégias que levarão a entidade ainda mais adiante.

Atenciosamente, Diretoria Executiva da JUSPREV



Equipe de COLABORADORES

Gerente Geral – Deborah Maggio

Institucional – Solange Stelle

Relacionamento – Glaucia Murça

Atendimento – Ana Carolina Correia

Administrativo – Patrícia Traldi

Comunicação – Felipe Voos

Marketing – Francisco Borges

Tecnologia da Informação – João Gabardo

Investimentos e Financeiro – Allan Nogueira

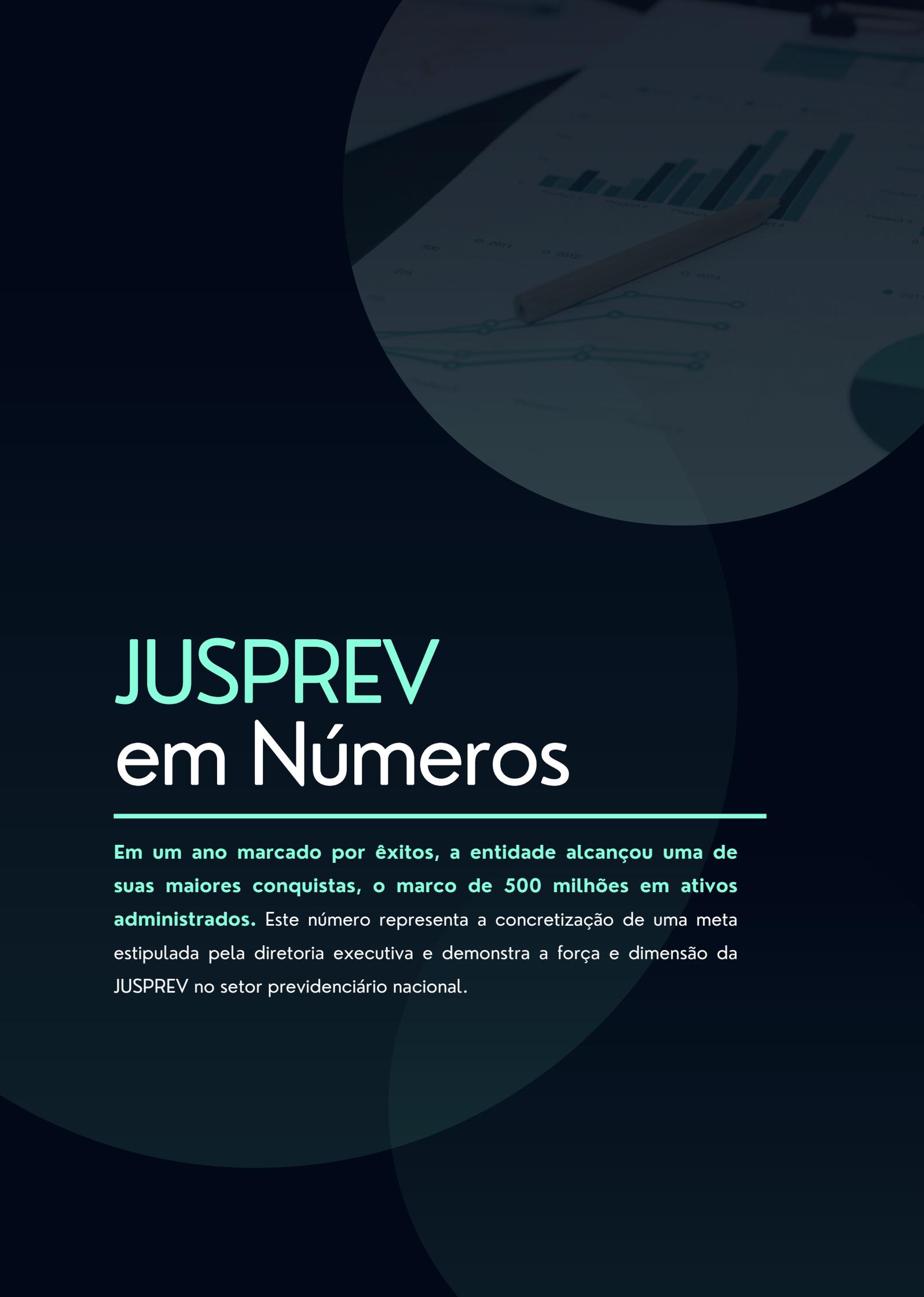
Financeiro – Jessyca Traldi

Operacional – Mário Leandro Kormann

Consultoria – Camila Schroeter

Consultores Previdenciários – Alexandre dos Santos (Sul e Centro-Oeste),
Carolina Dutra (Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo), Denise Ribas
Estrella (Rio de Janeiro), Fabio Roger (Norte), Telma dos Santos (Nordeste) e
Zuleide Miranda (ANFIP)

Projeto Gráfico e Diagramação – Felipe Voos



JUSPREV em Números

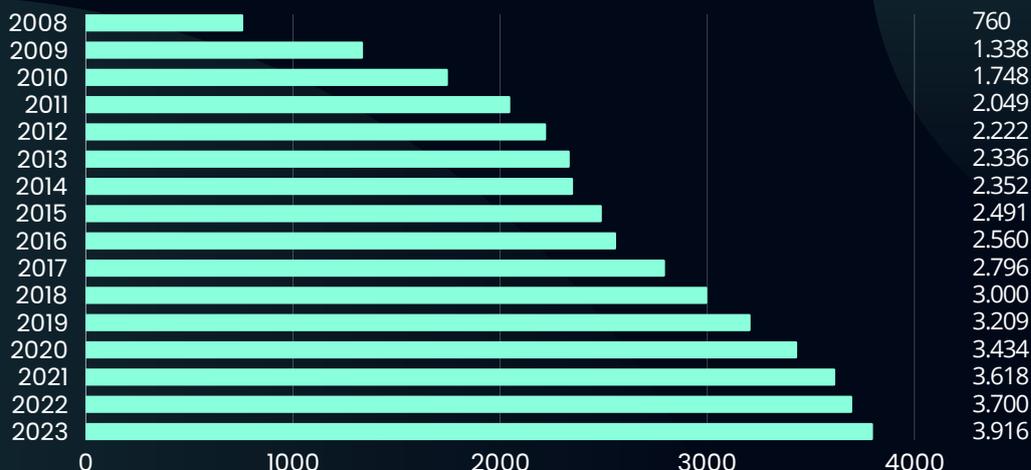
Em um ano marcado por êxitos, a entidade alcançou uma de suas maiores conquistas, o marco de 500 milhões em ativos administrados. Este número representa a concretização de uma meta estipulada pela diretoria executiva e demonstra a força e dimensão da JUSPREV no setor previdenciário nacional.

PARTICIPANTES ATIVOS



3.916

em 31/12/2023

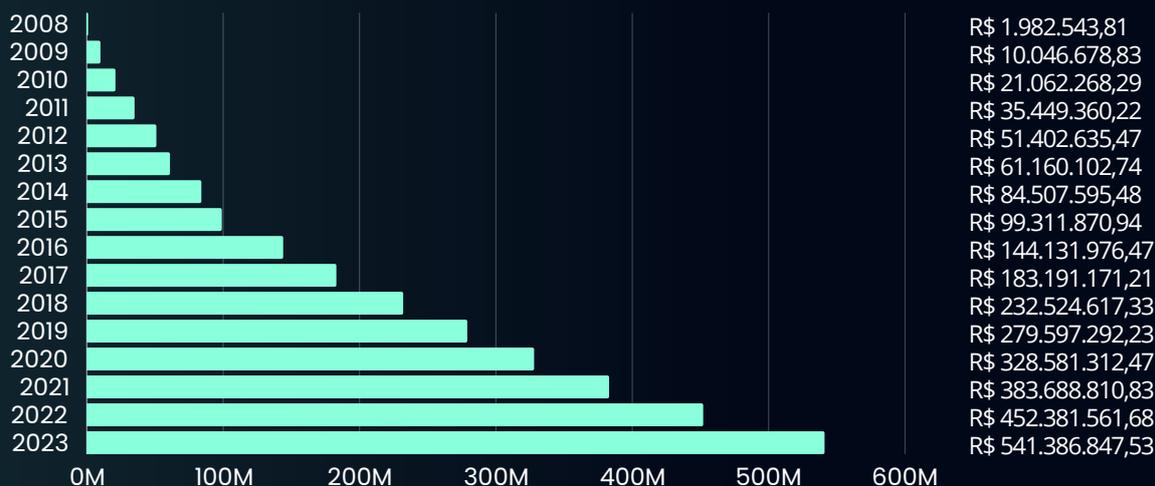


PATRIMÔNIO



R\$ 541.386.847,53

em 31/12/2023

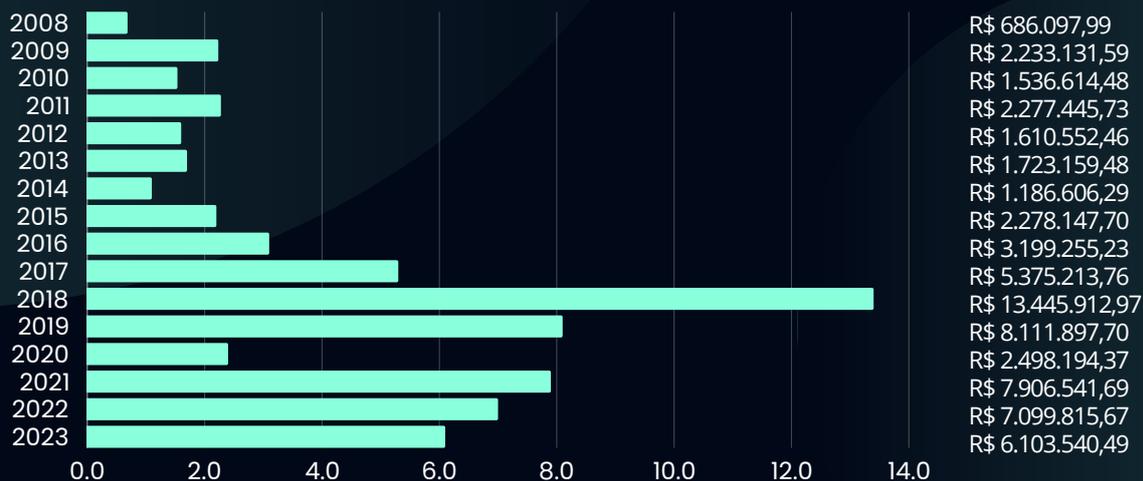


PORTABILIDADE DE ENTRADA



R\$ 6.103.540,49

em 31/12/2023

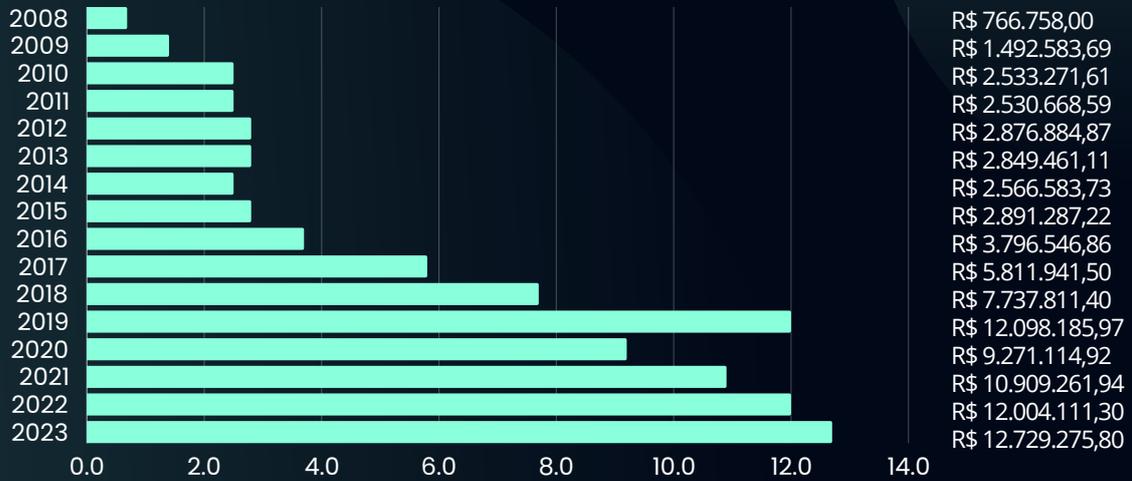


APORTES



R\$12.729.275,80

em 31/12/2023



PAGAMENTOS DE BENEFÍCIOS

em 31/12/2023

66 vigentes

Renda Mensal Programada

29

Renda Mensal por Morte

22

Renda Mensal por Incapacidade Permanente

1

Renda Mensal Educacional

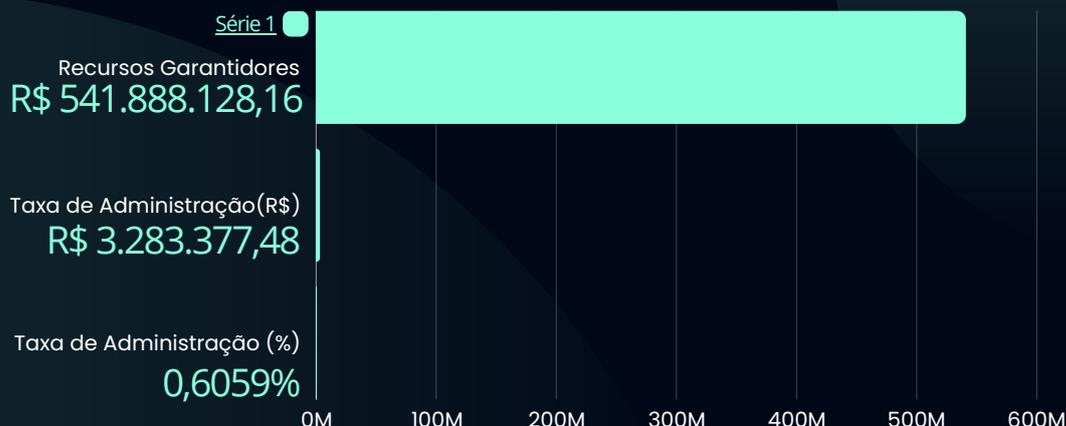
14



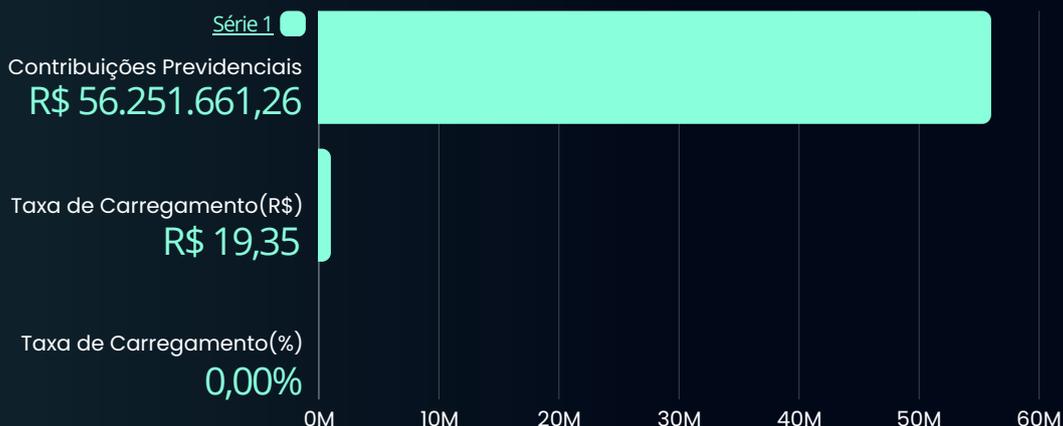
INDICADORES das despesas administrativas

ESTABELECIDOS NO ARTIGO 9º DA RESOLUÇÃO CNPC 48/2021

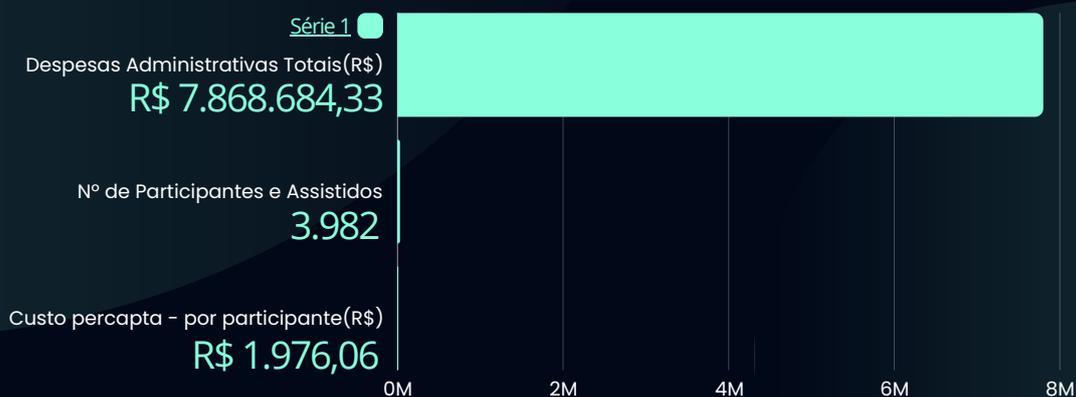
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE OS RECURSOS GARANTIDORES



TAXA DE CARREGAMENTO ADMINISTRATIVO SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES



DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PARTICIPANTES



DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM RELAÇÃO AOS RECURSOS GARANTIDORES



DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS ADMINISTRATIVAS



DESPESAS ADMINISTRATIVAS EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL



DESPESAS DE PESSOAL EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS ADMINISTRATIVAS TOTAIS



EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO





Relatório sobre investimentos

Resumo das Informações sobre investimentos em 31/12/2023.

Em atendimento à Política de Investimentos, aprovada na reunião de dezembro de 2022, os investimentos da JUSPREV no ano de 2023 obedeceram aos limites definidos pela Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, abaixo discriminados.

Alocação de Recursos por segmento

Recursos Garantidores (em mil R\$)	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre	
	Financeiro	Part. (%)						
Segmentos de Aplicação	248,14	100%	432,11	100%	663,51	100%	561,18	100%
Renda Fixa	227,39	91,64%	423,10	97,92%	640,31	96,50%	538,29	95,92%
Renda Variável	4,68	1,89%	1,98	0,46%	5,50	0,83%	5,45	0,97%
Estruturado	11,58	4,67%	5,28	1,22%	16,19	2,44%	15,79	2,81%
Imobiliário	1,73	0,70%	0,80	0,18%	1,51	0,23%	1,65	0,29%
Operação com participantes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Exterior	2,75	1,11%	0,95	0,22%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

Relatório Previdenciário

Descrição	2021	2022	2023
Portabilidades Recebidas	107	97	100
Adesões	291	218	216
Participantes Assistidos	45	52	66
Ativos até 31/12/2023	3618	3700	3916

Comparativo de Rentabilidade

Meses de 2023	Indicadores			
	JUSPREV	CDI	CDI (%)	IPCA
Janeiro	0,55	1,12	49,32	0,53
Fevereiro	-0,10	0,92	-11,33	0,84
Março	0,85	1,17	74,21	0,71
Abril	0,71	0,92	77,39	0,61
Maiο	1,30	1,12	115,64	0,23
Junho	1,20	1,07	112,18	-0,08
Julho	1,10	1,07	102,79	0,12
Agosto	0,77	1,14	67,46	0,23
Setembro	0,61	0,97	62,70	0,26
Outubro	0,29	1,00	28,87	0,24
Novembro	1,69	0,92	183,36	0,28
Dezembro	1,41	0,90	156,80	0,56

Alocação de Recurso por segmento e por veículo de investimentos

SUBCATEGORIAS DE ALOCAÇÃO	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Renda Fixa (art. 21)	95,92%	100%	82,00%	35,00%	100%	ok
Total dos Recursos em (Inciso I)	7,33%	100,00 %	-	0,00%	100,00 %	ok
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna (Inciso I, alínea a)	7,33%	-	-	0,00%	100,00%	ok
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos (Inciso I, alínea b)	0,00%	-	-	0,00%	100,00%	ok
Total dos Recursos em (Inciso II)	8,07%	80,00%	-	0,00%	80,00%	ok
Ativos financeiros de RF de instituições financeiras autorizadas pelo Bacen (Inciso II, alínea a)	2,18%	-	-	0,00%	80,00%	ok
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	2,13%	-	-	-	-	-
DPGEs	0,05%	-	-	-	-	-
Poupança	0,00%	-	-	-	-	-
Ativos financeiros de RF de sociedade por ações de capital aberto e cias securitizadoras (Inciso II, alínea b)	5,89%	-	-	0,00%	80,00%	ok
LHs, LCIs e LCAs	0,00 %	-	-	-	-	-
Debêntures	5,86%	-	-	-	-	-
NCEs e CCEs	0,00%	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	0,03%	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF (Inciso II, alínea c)	0,00%	-	-	0,00%	80,00%	ok
Total dos Recursos em (Inciso III)	1,26%	20,00 %	-	0,00 %	20,00 %	ok
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais (Inciso III, alínea a)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	ok
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País (Inciso III, alínea b)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	ok
Ativos financeiros de RF de instituições financeiras não bancárias e cooperativas de crédito (Inciso III, alínea c)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	ok
LH, LCI e LCA	0,00%	-	-	-	-	-
Notas Promissórias	0,00%	-	-	-	-	-
Debêntures - Lei 12.431 (Inciso II, alínea d)	0,20%	-	-	0,00%	20,00%	ok
Cotas de classe de FI e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC, CCB e CCCB (Inciso III, alínea e)	1,06%	-	-	0,00%	20,00%	ok
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	1,06%	-	-	-	-	-
CCBs e CCCBs	0,00%	-	-	-	-	-
CPR, CRA, CDCA e WA (Inciso III, alínea f)	0,00%	-	-	0,00 %	20,00 %	ok
Demais ativos (§ 3º)	0,00%	-	-	0,00%	20,00%	ok
Conjunto de ativos financeiros listados nos incisos II e III (§ 1º)	9,33%	80,00%	-	0,00%	80,00%	ok
Ativos transitórios RF	0,00%	-	-	-	-	-
Caixa e disponível	79,30%	-	-	-	-	-
Provisões, despesas e passivos	-0,04%	-	-	-	-	-
Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,00%	-	-	-	-	-

SUBCATEGORIAS DE ALOCAÇÃO	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Renda Variável (art. 22)	0,97%	70,00%	3,50%	0,00%	15,00%	ok
Ações e cotas de fundos de índice negociados em segmento especial (Inciso I)	0,96%	70,00%	-	0,00%	15,00%	ok
Ações e cotas de fundos de índice negociados em segmento não especial (Inciso II)	0,00%	50,00%	-	0,00%	15,00%	ok
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III (Inciso III)	0,01%	10,00%	-	0,00%	10,00%	ok
Ouro físico (Inciso IV)	0,00%	3,00%	-	0,00%	3,00%	ok
Opções	0,00%	-	-	-	-	-

SUBCATEGORIAS DE ALOCAÇÃO	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Estruturado (art. 23)	2,81%	20,00%	12,50%	0,00%	20,00%	ok
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP (Inciso I, alínea a)	0,00%	15,00%	-	0,00%	5,00%	ok
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM (Inciso I, alínea b)	2,81%	15,00%	-	0,00%	15,00%	ok
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso (Inciso I, alínea c)	0,00%	15,00%	-	0,00%	5,00%	ok
Certificado de Operações Estruturadas - COE (Inciso II)	0,00%	10,00%	-	0,00%	5,00%	ok

SUBCATEGORIAS DE ALOCAÇÃO	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Imobiliário (art. 24)	0,29%	20,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok
Total de recursos em:	0,29%	20,00%	-	0,00%	10,00%	ok
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII (Inciso I)	0,00%	-	-	0,00%	10,00%	ok
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (Inciso II)	0,29%	-	-	0,00%	10,00%	ok
Células de crédito imobiliário - CCI (Inciso III)	0,00%	-	-	0,00%	10,00%	ok
Estoques Imobiliários*	0,00%	-	-	-	-	-

* Art. 37.º 5º. A EFPC pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018

SUBCATEGORIAS DE ALOCAÇÃO	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Operação com Participantes (art. 25)	0,00%	15,00%	0,00%	0,00%	0,00%	ok

SUBCATEGORIAS DE ALOCAÇÃO	Posição Atual	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Status
Exterior (art. 26)	0,00%	10,00%	2,00%	0,00%	8,00%	ok
Total de recursos em:	0,00%	-	-	0,00%	8,00%	ok
Cotas de fundos e cotas de FiCs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa" (Inciso I)	0,00%	-	-	0,00%	8,00%	ok
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" - 67% (Inciso II)	0,00%	-	-	0,00%	8,00%	ok
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (Inciso III)	0,00%	-	-	0,00%	8,00%	ok
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível I (Inciso IV)	0,00%	-	-	0,00%	8,00%	ok
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais (Inciso V)	0,00%	-	-	0,00%	8,00%	ok
Ativos transitórios Exterior	0,00%	-	-	0,00%	8,00%	ok

Comentários: No encerramento do 4º trimestre de 2023, os investimentos do PGA da EFPC apresentavam-se em conformidade em relação aos o aos Artigos 21 ao 26 da Resolução CMN nº 4.994 e com os limites inferiores e superiores definidos segundo a política de investimentos.



Relatório de Gestão Anual

SOMMA

O encerramento de 2023 mostrou-se diferente diante dos prognósticos delineados no começo do ano. As principais economias globais, EUA e China, transitaram por caminhos bem distintos dos inicialmente esperados, o que trouxe volatilidade para os mercados ao redor do globo.

Nos EUA, o ano foi marcado pela convergência da Inflação para níveis mais próximos do desejado, sem uma contrapartida de desaceleração na atividade. A hipótese compartilhada pela maioria do mercado era de que o país, em algum momento do ano, poderia conviver com um período recessivo, em meio aos impactos adversos para a atividade trazidos pela política monetária, que começou a ser apertada no primeiro trimestre do ano anterior. Essa visão foi agravada no primeiro trimestre de 2023 com a crise de liquidez enfrentada por bancos de médio porte.

Todavia, essa análise divergiu consideravelmente da realidade. O mercado de trabalho mostrou-se saudável e a inflação convergiu para níveis mais aceitáveis. Tal cenário trouxe grandes desafios para o Fed em seu manejo da política monetária, com o BC norte-americano apertando a taxa básica de juros na maior parte de 2023, num movimento mais agressivo que o anteriormente esperado pelos investidores.

Mesmo com as restrições monetárias, a expansão fiscal americana em patamares elevados manteve a atividade econômica aquecida. Durante 2023, os EUA sustentaram uma política fiscal expansionista, em linha com a observada no pós-pandemia, com déficit em torno de 5% do PIB, bem acima da média, suportando a atividade econômica no ano. Em termos de PIB, o país acelerou de +1,9% em 2022 para +2,5% em 2023.

Entretanto, olhando pelo retrovisor e com os indicadores econômicos em mãos, é possível dizer que 2023 encerrou de forma positiva. Apesar do forte crescimento econômico e do pujante mercado de trabalho, a inflação mostrou dinâmica mais favorável nos últimos meses do ano passado. Esse cenário permitiu que os diretores do Fed sinalizassem, de forma bastante clara, que não somente o longo e agressivo ciclo de altas das fed funds havia terminado, como também em algum momento de 2024 ocorreriam reduções na taxa básica de juros, causando um rally nos ativos de risco no último bimestre do ano.

A contextualização do cenário macroeconômico dos EUA e da dinâmica de sua curva de juros é ponto de enorme importância pois, a partir disso, os demais Bancos Centrais ao redor do globo, em especial de países emergentes, compreendem melhor quais os limites de atuação de suas políticas monetárias.

Aliás, não só os EUA foram desafiados por uma cena inflacionária teimosamente mais pressionada no primeiro semestre de 2023, como também diversas outras economias, destacadamente as europeias, conviveram com índices de preços ao consumidor mais elevados.

Na China, por sua vez, o cenário econômico, precisamente no que tange ao desempenho da atividade econômica, era diametralmente oposto ao dos EUA no começo de 2023. Em outros termos, em meio à reabertura do país no apagar das luzes de 2022, após os anos de drástica política sanitária do governo para conter a disseminação da Covid-19, a expectativa era de forte desempenho da economia do país.

No entanto, após um começo de 2023 relativamente forte, as melhores expectativas para a atividade chinesa foram, pouco a pouco, sendo frustradas. Desse modo, o efeito positivo da reabertura pós-Covid foi abalado pelo acúmulo de obstáculos estruturais que acometem o gigante asiático, como o cenário do problemático setor imobiliário, de mudanças demográficas, de exaustão do modelo de crescimento econômico e do avanço das estratégias de 'nearshoring'. Para atingir sua meta de crescimento, o governo chinês aprovou medidas fiscais e monetárias expansionistas ao longo do segundo semestre, buscando atingir sua meta de crescimento do PIB real de 5,0% em 2023.

No Brasil, o transcorrer do ano apresentou-se como muito mais favorável comparativamente às expectativas dos analistas e economistas no início do período.

Dentre os fatores que sustentam essa argumentação, mencionam-se: (i) o PIB deve ter crescido em torno de 3,0%, mais de três vezes do estimado pelo consenso do mercado ao término de 2022, diante dos efeitos da política fiscal expansionista, do impressionante desempenho da safra, da dinâmica mais favorável do mercado de trabalho e da mudança estrutural da produção de petróleo; (ii) a inflação ao consumidor desacelerou de modo mais rápido que o esperado, incluindo muitos itens considerados como mais rígidos da economia; (iii) o Copom começou processo de desaperto monetário, movimento levado adiante em ritmo parcimonioso.

Soma-se a isso, a redução dos temores fiscais ao longo do ano, visto a aprovação de medidas e reformas no Congresso Nacional, a exemplo do Novo Arcabouço Fiscal e da Reforma Tributária.

Este cenário doméstico, aliado às incertezas globais, fizeram o ano de 2023 ser bastante volátil e desafiador para os investimentos. Na renda fixa, o primeiro semestre foi particularmente desafiador, principalmente para ativos de crédito corporativo, com a divulgação da fraude no balanço das Lojas Americanas e, em seguida, o pedido de recuperação judicial pela Light.

Esses eventos geraram uma onda de resgate de fundos de crédito, causando uma abertura nos spreads de crédito/desvalorização dos títulos. No segundo semestre, com o início da reversão desse movimento de aversão a risco de crédito observado, aproveitamos a abertura dos spreads para aumentar as posições em títulos visando um bom carregamento, com a 'opcionalidade' de ganhos de capital. Com a rápida valorização dos títulos no final de 2023, decidimos por reduzir a exposição, realizando os ganhos.

Ainda em renda fixa, o ano de 2023 também foi particularmente desafiador para os títulos atrelados à inflação. As NTN-Bs tiveram um ano bem volátil, refletindo (i) uma taxa de juros americana ainda em território restritivo, mantendo o diferencial de juros em patamares elevados; (ii) uma Selic terminal mais elevada, haja vista uma meta de inflação mais apertada, em 3,00% aa, e uma expectativa de inflação ainda acima da meta e; (iii) uma incerteza fiscal de longo prazo, visto que os ajustes das contas do governo estão ocorrendo através da busca por novas receitas, e não cortando despesas. Os ganhos com a estratégia observada no final do primeiro semestre, foram parcialmente revertidos no segundo semestre por conta desse cenário. A estratégia apresentou contribuição positiva no ano.

Na estratégia de multimercados (institucional 4.994 e estruturado), no geral, os fundos tiveram um ano extremamente desafiador, um dos piores já registrados, impactados principalmente por uma incerteza fiscal local e as surpresas econômicas observadas nos EUA, além de uma abertura agressiva da taxa de juros americana no segundo semestre, impactando negativamente todas as outras posições de risco dos fundos, como moedas, juros e bolsa. O resultado da classe ficou abaixo do esperado, sendo as principais perdas nas estratégias de juros e moedas globais. Não alteramos a exposição na classe ao longo de 2023.

A mesma dinâmica observada para a estratégia de multimercados também afetou a estratégia em renda variável. Uma grande incerteza ligada ao início de um novo governo, que hora dava sinais de pragmatismo, hora dava sinais de intervencionismo em empresas de capital misto, atrelado a uma incerteza quanto a aprovação do novo arcabouço fiscal, fizeram com que o primeiro semestre de 2023 fosse extremamente volátil. Em maio, com a aprovação do regime de urgência para a votação do arcabouço fiscal, vimos os mercados refletirem um maior otimismo com o cenário doméstico e impactando positivamente os ativos de risco. O segundo semestre também apresentou alta volatilidade e incerteza, com movimentos fortes de aversão a risco em setembro e outubro, em linha com os movimentos observados nos EUA, e subsequente forte valorização nos meses de novembro e dezembro. A contribuição da classe foi positiva no ano. Aumentamos marginalmente a exposição a classe ao longo de 2023.

Já na parcela de investimento no exterior, mantivemos a estratégia do ano anterior e optamos por uma exposição reduzida ao dólar e no mercado de renda variável global, frente o cenário supracitado. Mantivemos a alocação de renda fixa global sem exposição cambial, que apresentou contribuição positiva, em linha com o índice de referência, mesmo com a volatilidade observada nos mercados globais.

Por fim, na estratégia de fundos imobiliários, mantivemos a exposição na classe, a fim de se beneficiar do início de cortes de juros locais. Pudemos observar no final de abril uma reação positiva dos ativos da classe, refletindo um maior otimismo com o cenário doméstico, com perspectiva de aprovação do arcabouço fiscal e início do ciclo de corte de juros, impactando positivamente os ativos.

Icatu Vanguarda

Em 2023 o fundo Icatu Vanguarda FIM CP Jusprev rendeu 11,61% contra 13,05% do CDI.

Ao longo do último ano, algumas classes contribuíram para performance positiva do fundo sendo as principais: Crédito Privado, Renda Fixa Pós e Inflação Curta.



No ano de 2023 seguimos com as apostas nos fundos de renda fixa ativo, com o objetivo de capturar oportunidades na curva de juros brasileira, tendo em vista o início do processo de normalização da política monetária. Além disso, optamos na metade do ano em zerar as posições em investimento no exterior com exposição cambial. A principal motivação veio não só do cenário mais benigno para Brasil, mas também pela boa performance da balança comercial, que acreditamos ter um caráter mais estrutural. Outra movimentação que cabe destacar foi o aumento mais expressivo da alocação em inflação curta nos últimos meses do ano. No início, a posição sofreu com a forte abertura dos juros americanos, mas nos últimos meses de 2023 se apropriou do forte fechamento de juros, além do período sazonalmente mais elevado de inflação, motivo pelo qual mantivemos a posição no início de 2024. Cabe destacar a manutenção da alocação em bolsa ao longo de todo ano de 2023. Apesar do cenário bastante volátil, tal decisão se mostrou bastante acertada.



Resumo da Política de Investimentos

APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Previdenciários Juris – PLANJUS, administrado pela JUSPREV, referente ao exercício de 2024, objetiva:

- a) Estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, que participam do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do plano, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada;
- b) Dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

No processo de planejamento desta política, a entidade adotou o horizonte de 60 (sessenta) meses, prevendo revisões anuais. Os limites e critérios utilizados decorrem e se fundamentam na regulamentação do setor, sobretudo na Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 e na Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023.

Na elaboração desta Política de Investimentos foram empregadas técnicas de análises de cenários e de riscos, avaliações e projeções de indicadores econômicos, considerando a modalidade do Plano de Benefícios Previdenciários Juris – PLANJUS, suas especificidades, necessidades de liquidez e os fluxos esperados de pagamentos dos ativos. As conclusões obtidas com estes estudos oferecem subsídios para a definição das diretrizes de alocação expressas nesta política.

SOBRE A ENTIDADE

A JUSPREV (FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA), Entidade sem fins lucrativos, aprovada pela Portaria nº 1.416, de 14 de agosto de 2007, da antiga SPC (Secretaria de Previdência Complementar), do Ministério da Previdência Social, atualmente PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), administra o Plano de Benefícios denominado PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS – PLANJUS.

A JUSPREV tem como missão, administrar planos de benefícios previdenciários aos seus associados, exclusivamente na modalidade de Contribuição Definida (CD) e com base na constituição de reservas individuais que garantam o benefício contratado, contribuindo para que os Participantes tenham direito a uma existência digna, segura e com qualidade de vida.

Por possuir um Plano do tipo CD, com uma população ativa ainda em fase de inscrição, a Entidade tem a possibilidade de uma maior flexibilização na definição e condução dos investimentos dos seus recursos, a qual é detalhada nesta Política de Investimento.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA DE INVESTIMENTOS

A estrutura de governança de investimentos destina-se a distribuir competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância

DESIGNAÇÃO DAS FUNÇÕES DE AETQ E ARGR

Designa-se para o exercício cumulativo das funções de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e de Administrador Responsável pela Gestão de Riscos (ARGR), durante o período de vigência da presente Política de Investimentos, o seguinte membro da Diretoria Executiva:

Função	CPF	Nome	Cargo
AETQ e ARGR	077.345.058-05	Jair Eduardo Santana	Diretor Administrativo-Financeiro

DIRETRIZES GERAIS PARA PROCEDIMENTOS DE INVESTIMENTOS

Legislação de referência:
Resolução PREVIC nº 23/23, Art. 212, Inciso VII, alínea e

A avaliação, gerenciamento e acompanhamento do risco e retorno das carteiras próprias e administradas será executada de acordo com a legislação e com as diretrizes estabelecidas na presente Política de Investimentos.

Os investimentos realizados pela EFPC, em carteira própria, administrada ou em fundos exclusivos devem ser objeto de análise prévia, considerando os correspondentes riscos e as suas garantias reais ou fidejussórias, se existentes.

A análise de cada investimento deverá ser feita de acordo com as características específicas da alocação/mandato, considerando:

- Conformidade com a política de investimento e com a legislação vigente;
- Análise das características do investimento proposto e sua adequação aos objetivos do plano;
- Análise de desempenho do ativo, do fundo ou do gestor, conforme o caso;
- Análise dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação;
- Análise de riscos relacionados à sustentabilidade;
- Análise do horizonte de investimento e sua adequação com os objetivos do plano.

SOBRE O PLANO

Legislação de referência:
Resolução PREVIC nº 23/23, Art. 212, Inciso IV.

A presente Política de Investimentos considera a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades, as necessidades de liquidez e demais características sintetizadas a seguir. Deste modo, a construção da carteira visa a compatibilizar a alocação em ativos com fluxos de pagamento compatíveis com prazos e o montante das obrigações, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do plano.

Plano de Benefícios	
Nome	Plano de Benefícios Previdenciários Juris - PLANJUS
Modalidade	Contribuição Definida (CD)
Meta ou Índice de Referência	INPC + 4,35% a.a
CNPB	20.070.035-38

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Legislação de referência:
Resolução PREVIC nº 23/23, Art. 212, Inciso I e Resolução CMN nº 4.994/22, Art. 19.

A alocação dos recursos permanentemente respeitará os limites fixados nesta Política de Investimentos. A definição dos parâmetros inferiores e superiores para cada limite de alocação visa dar flexibilidade para a realização de Investimentos Táticos, que nada mais são que posicionamentos de curto prazo com o propósito de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

Alocação de Recursos - Limites e Alvos por Segmento de Aplicação				
Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites Inferior	Limites Superior
Renda Fixa		82,0 %		
Renda Fixa CDI		22,0%		
Multimercado Institucional/Crédito	100%	35,0%	35,00%	100,00%
Renda Fixa IMA-B		0%		
Renda Fixa ALM		25,0%		
Renda Variável	70%	3,5%	0,00%	15,00%
Estruturado	20%	12,5%	0,00%	20,00%
Imobiliário	20%	0,0%	0,00%	10,00%
Operações com participantes	15%	0,0%	0,00%	0,00%
Exterior	10%	2,0%	0,00%	10,00%

RESTRICÇÕES

Cabe ressaltar que a restrição para aplicação em títulos e valores mobiliários estabelecida no tópico a seguir é válida somente para os veículos de investimento exclusivos. As aplicações em cotas de fundos abertos condominiais, realizadas diretamente ou por intermédio de carteira própria, estão sujeitas somente à legislação aplicável e aos seus regulamentos e mandatos específicos.

- Em função do porte da JUSPREV, é vedada, a princípio, Parcerias Público-Privadas (PPPs) e investimentos em fundos de participações (FIPs).

A JUSPREV poderá, a qualquer momento, viabilizar estudo que indique investimentos nas classes e operações vedadas e mencionadas acima, desde que tecnicamente fundamentado. Nesse sentido, caso ocorra a necessidade, em função do contexto do mercado, de investimentos nessas classes e operações, o Conselho Deliberativo da JUSPREV deverá aprovar as novas diretrizes que devem constar na Política de Investimento.

DERIVATIVOS

Legislação de referência:
Resolução PREVIC nº 23/23, Art. 212, Inciso V.

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados, cumulativamente os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.994/2022.

A EFPC, através de seus fundos de investimentos, poderá fazer uso de derivativos, conforme objetivos descritos no regulamento do fundo investido. Caberá ao gestor, discricionariamente, analisar a conveniência e oportunidade para realização de operações com derivativos, sempre respeitando os limites legais, quando aplicáveis, e os quesitos a seguir.

O controle de exposição, quando se tratar de veículos em que a abertura de carteira é necessária para o enquadramento, será através do monitoramento dos níveis de margem requerida como garantia de operações e das despesas com a compra de opções, sendo:

- Margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) da posição em ativos financeiros aceitos pela Clearing;⁶

⁶ Para verificação dos limites estabelecidos nos incisos V e VI do caput não serão considerados os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas.

- Valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações da carteira de cada plano ou fundo de investimento. 7,7

Cabe destacar que o controle aqui mencionado não se aplica aos fundos que são dispensados, por legislação, do controle relacionado a derivativos, sendo certo que outras análises sobre a utilização de derivativos nesses fundos serão realizadas, a despeito da dispensa legal para esse controle específico.

Além do caso acima, e sem prejuízo da observância dos mesmos critérios legais, a EFPC poderá realizar operações de derivativos diretamente desde que tais operações observem, cumulativamente, os seguintes critérios:

- Observância dos quesitos legais relacionados a depósito de margem e a gasto com prêmio de opções, transcritos anteriormente;
- Análise prévia de cenários, riscos e impactos na carteira, considerando-se a posição isoladamente e em conjunto com ativos da carteira;
- As operações deverão ter o objetivo de proteção, seja em relação a um cenário adverso ou ao descolamento em relação a um determinado objetivo.

7 No cômputo do limite de que trata o inciso VI do caput, no caso de operações estruturadas com opções que tenham a mesma quantidade, o mesmo ativo subjacente e que o prêmio represente a perda máxima da operação, deverá ser considerado o valor dos prêmios pagos e recebidos, observado o disposto no inciso VII do art. 36 da Resolução CMN nº 4.994.



Demonstrações Contábeis

Consolidadas em 31 de dezembro de 2023

Balanço Patrimonial Consolidado

em milhares de reais

ATIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Disponível	4	502	154	Exigível Operacional		1.484	1.342
Realizável		541.388	453.457	Gestão Previdencial	9 a	1.070	958
Gestão Previdencial	5	-	-	Gestão Administrativa	9 b	413	383
Gestão Administrativa	6	1	1	Investimentos		1	1
Investimentos	7	541.387	453.456	Patrimônio Social	10	540.502	452.378
Fundos de Investimento		541.387	453.456	Patrimônio de Cobertura do Plano		540.292	452.381
Imobilizado e Intangível	8	96	109	Provisões Matemáticas		540.292	452.381
Imobilizado		96	109	Benefícios Concedidos		13.840	7.968
TOTAL do ATIVO		541.986	453.720	Benefícios a Conceder		526.452	444.413
				Fundos		210	(3)
				Fundos Administrativos	11	210	(3)
				TOTAL do PASSIVO		541.986	453.720

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

em milhares de reais

Descri�o	31/12/2023	31/12/2022	Variacão no Exercício(%)
A. Patrimônio Social - In�cio do Exercício	452.378	382.876	18,15%
1. Adic�es	121.550	100.386	21,08%
(+) Contribui�es Previdenciais	56.252	51.420	9,40%
(+) Portabilidade	6.104	7.100	- 14,03%
(+) Resultado Positivo líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	51.112	34.795	46,89%
(+) Receitas Administrativas	8.078	7.034	14,84%
(+) Resultado Positivo líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	4	37	-89,19%
2. Destina�es	(33.426)	(30.884)	8,23%
(-) Benefícios	(2.450)	(2.330)	5,15%
(-) Portabilidade / Resgates	(14.447)	(13.417)	7,68%
(-) Repasse de Pr�mios de Riscos Terceirizados	(8.659)	(7.775)	11,37%
(-) Despesas Administrativas	(7.870)	(7.362)	6,90%
3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	88.124	69.502	26,79%
(+/-) Provisões Matemáticas	87.911	69.792	25,96%
(+/-) Fundos Administrativos	213	(290)	-173,45%
4. Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	-
(+/-) Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	-
5. Opera�es transitórias	-	-	-
(+/-) Opera�es transitórias	-	-	-
B. Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4+5)	540.502	452.378	19,48%

Demonstração do Ativo Líquido

Plano Instituído - CNPB 20070035-38
CNPJ 48.307.382/0001-27

em milhares de reais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício(%)
1. Ativos	541.572	453.341	19,46%
Disponível	56	22	154,55%
Recebível	246	-	-
Investimento	541.270	453.319	19,40%
Fundos de Investimentos	541.270	453.319	19,40%
2. Obrigações	1.070	959	11,57%
Operacional	1.070	959	11,57%
3. Fundos Não Previdenciais	210	-	-
Fundos Administrativos	210	-	-
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3)	540.292	452.382	19,43%
Provisões Matemáticas	540.292	452.382	19,43%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Plano Instituído - CNPB 20070035-38
CNPJ 48.307.382/0001-27

em milhares de reais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)
A. Ativo Líquido Início do Exercício	452.382	382.589	18,24%
1. Adições	113.466	93.315	21,59%
(+) Contribuições	56.252	51.420	9,40%
(+) Portabilidade	6.103	7.100	-14,04%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	51.111	34.795	46,89%
2. Destinações	(25.556)	(23.522)	8,65%
(-) Benefícios	(2.450)	(2.330)	5,15%
(-) Portabilidade / Resgates	(14.447)	(13.417)	7,68%
(-) Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(8.659)	(7.775)	11,37%
(-) Outras Destinações	-	-	-
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	87.910	69.793	25,96%
(+/-) Provisões Matemáticas	87.910	69.793	25,96%
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
(+/-) Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
5. Operações Transitórias	-	-	-
(+/-) Operações Transitórias	-	-	-
B. Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	540.292	452.382	19,43%
C. Fundos não Previdenciais	210	-	-
(+/-) Fundo Administrativo	210	(287)	-173,17%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Varição no Exercício (%)
A. Fundo Administrativo do Exercício Anterior	(3)	287	-101,05%
1. Custeio da Gestão Administrativa	8.082	7.071	14,30%
1.1 Receitas	8.082	7.071	14,30%
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.283	2.865	14,59%
Receitas Diretas	4.765	4.118	15,71%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	4	37	-89,19%
Outras Receitas	30	51	-41,18%
2. Despesas Administrativas	7.869	7.361	6,90%
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	7.869	7.361	6,90%
Pessoal e Encargos	4.008	3.480	15,17%
Treinamentos / Congressos e Seminários	45	54	-16,67%
Viagens e Estadias	1.287	840	53,21%
Serviços de Terceiros	1.114	964	15,56%
Despesas Gerais	969	1.629	-40,52%
Depreciações e Amortizações	29	26	11,54%
Tributos	417	368	13,32%
3. Constituição / Reversão de Contingencias Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	213	(290)	-173,45%
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	213	(290)	-173,45%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B. Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	210	3	-7100,00%

em milhares de reais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Variação no Exercício (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	541.362	453.341	19,42%
1. Provisões Matemáticas	540.292	452.382	19,43%
1.1 Benefícios Concedidos	13.840	7.968	73,69%
Contribuição Definida	13.840	7.968	73,69%
1.2 Benefício a Conceder	526.452	444.414	18,46%
Contribuição Definida	526.452	444.414	18,46%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	526.452	444.414	18,46%
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
3. Fundos	-	-	-
4. Exigível Operacional	1.070	959	11,57%
4.1 Gestão Previdencial	1.069	958	11,59%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	1	1	0,00%

Parecer Atuarial do plano de benefícios



OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial tem como finalidade principal demonstrar as provisões matemáticas apuradas em 31/12/2023 para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS, administrado pelo FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV. Tem ainda como objetivo – com base nas informações relativas ao patrimônio de cobertura do plano informado pela Entidade e apurado contabilmente – atestar o resultado técnico-atuarial.

São também apresentadas as hipóteses atuariais a vigor no exercício de 2024, observada a aprovação prévia da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo, em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e à Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023.

DADOS CADASTRAIS E FINANCEIROS

As informações referentes aos ativos, aposentados e pensionistas para a Avaliação Atuarial, foram disponibilizadas pela Entidade por meio de arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2023 em formato “xls” e foram objetos de análise e testes de consistências, sendo consideradas consistentes para fins das análises.

Foram utilizadas, ainda, informações financeiras adicionais relativas ao Programa Administrativo, o histórico de cotas que reflete a rentabilidade líquida do plano, os dados cadastrais e financeiros utilizados nas Avaliações Atuariais anteriores, bem como o histórico de resgates e portabilidades fornecido pela Entidade, por meio do qual se pôde avaliar a evolução do plano de benefícios. **Tais análises adicionais constam de documentos gerenciais específicos a serem disponibilizados à Entidade.**

Adicionalmente, para atestar o resultado técnico do plano, foi disponibilizado o Balancete Contábil de 31/12/2023, por meio do qual se pôde extrair os valores relativos ao Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos existentes na mesma data focal. Importante destacar que tais valores foram apurados contabilmente e informados pela Entidade à Lumens Atuarial, sendo que seus apuramentos não foram objeto de auditoria por parte desta consultoria.

A seguir são apresentadas estatísticas descritivas da população segurada pelo plano de benefícios:

Participantes Ativos

Item	2021	2022	2023
Número de Participantes	3.649	3.740	3.974
Idade Média (em anos)	39,14	39,68	40,29
Tempo Médio de Filiação ao Plano (em anos)	7,16	7,68	8,18
Contribuição Média	R\$ 741,13	R\$ 705,03	R\$ 763,49
Saldo Individual Médio	R\$ 102.791,72	R\$ 118.827,15	R\$ 135.858,69

Participantes Assistidos

Item	2021	2022	2023
Número de Assistidos	21	25	30
Idade Média (em anos)	68,22	62,56	62,27
Tempo Médio de Filiação ao Plano (em anos)	20,78	12,46	12,98
Benefício Médio	R\$ 5.855,82	R\$ 2.902,43	R\$ 3.777,76
Saldo Individual Médio	R\$ 143.564,71	R\$ 177.022,38	R\$ 312.659,96

Beneficiários Assistidos

Item	2021	2022	2023
Número de Pensionistas	29	28	37
Idade Média (em anos)	39,14	43,46	34,39
Benefício Médio	R\$ 1.896,95	R\$ 2.017,34	R\$ 2.162,27
Saldo Individual Médio	R\$ 144.824,97	R\$ 126.516,92	R\$ 123.889,23

HIPÓTESES ATUARIAIS

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, em seu art. 3º, determina que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

No mesmo artigo, porém, tal resolução determina que a comprovação de tal adequação é exigida apenas aos planos que possuam em sua estrutura regime mutualista / atuarial.

Porém, apesar de não haver desde 2014 (Redação da Resolução CNPC Nº 15/2014), por parte do órgão regulador, uma exigência quanto à comprovação da adequação das hipóteses aos Planos de Contribuição Definida (CD), visando a mitigação de riscos de imagem e de frustração das expectativas dos participantes, tais testes são realizados periodicamente, tendo como objetivo principal a adequação e sustentabilidade do plano às necessidades da população segurada. Assim, observada a elaboração dos estudos, a aprovação da Diretoria Executiva e a Deliberação do Conselho Deliberativo, seguem abaixo as hipóteses formalizadas na presente Avaliação Atuarial de 2023 e que estarão vigentes a partir de 01/01/2024:

- a) Taxa de Juros: 4,35%a.a.;
- b) Tábua de Mortalidade Geral: BR-EMSsb-2015-f; e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: BR-EMSsb-2015-f.

As considerações acerca da aderência e adequação das referidas hipóteses constam de documento específico disponibilizado à Entidade.

RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, observada a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, esta Consultoria elaborou a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do plano de benefícios PLANJUS em 31/12/2023, data base da presente Avaliação Atuarial:

Descrição	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 382.875.814,99	R\$ 452.378.445,93	R\$ 540.502.593,57
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	R\$ 382.588.905,71	R\$ 452.381.561,68	R\$ 540.292.144,39
PROVISÕES MATEMÁTICAS	R\$ 382.588.905,71	R\$ 452.381.561,68	R\$ 540.292.144,39
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R\$ 7.501.912,48	R\$ 7.968.033,12	R\$ 13.839.739,23
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	R\$ 7.501.912,48	R\$ 7.968.033,12	R\$ 13.839.739,23
SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	R\$ 7.501.912,48	R\$ 7.968.033,12	R\$ 13.839.739,23
BENEFÍCIOS A CONCEDER	R\$ 375.086.993,23	R\$ 444.413.528,56	R\$ 526.452.405,30
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	R\$ 375.086.993,23	R\$ 444.413.528,56	R\$ 526.452.405,30
SALDO - EMP. / INSTITUIDORES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SALDO - PARTICIPANTES	R\$ 311.688.967,16	R\$ 372.745.722,97	R\$ 443.158.146,73
SALDO - PORTABILIDADE DE EFPC	R\$ 3.198.136,22	R\$ 3.138.757,65	R\$ 4.035.886,38
SALDO - PORTABILIDADE DE EAPC	R\$ 60.199.889,85	R\$ 68.529.047,94	R\$ 79.258.372,19
EQUILÍBRIO TÉCNICO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDOS	R\$ 286.909,28	R\$ 3.115,75	R\$ 210.449,18
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	R\$ 286.909,28	R\$ 3.115,75	R\$ 210.449,18

Conforme demonstrado, o plano de benefícios PLANJUS, administrado pela JUSPREV, apresentou em 31/12/2023 o resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Importante, porém, ressaltar, que os valores relativos ao Patrimônio de Cobertura do Plano foram apurados contabilmente e informados pela Entidade à Lumens Atuarial, sendo que seus apereçamentos não foram objeto de auditoria por parte desta consultoria.

RISCOS ATUARIAIS E OUTROS FATOS RELEVANTES

a) Tendo em vista se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, sem regime mutualista, não há riscos atuariais intrínsecos ao plano que possam acarretar desequilíbrios técnicos;

b) As hipóteses atuariais não são adotadas para precificação do passivo atuarial, para apuração do custo ou do plano de custeio, tendo em vista a modalidade do plano de benefícios. Tais hipóteses atuariais são adotadas para composição do Fator de Conversão, aplicado sobre o saldo de contas mantido em favor do participante ou assistido para cálculo da renda de prestação continuada;

c) Observadas as determinações regulamentares, não há constituição de Fundos Previdenciais;

d) O plano de benefícios apresentou o resultado de Equilíbrio Técnico no encerramento do exercício, haja vista a equivalência entre as provisões matemáticas, apuradas pelo somatório dos saldos de contas extraídos de base cadastral disponibilizada pela Entidade, e o patrimônio de cobertura do plano apurado contabilmente e informado pela Entidade;

e) Reitera-se que os valores relativos ao Patrimônio de Cobertura do Plano foram apurados contabilmente e informados pela Entidade à Lumens Atuarial, sendo que seus apereçamentos não foram objeto de auditoria por parte desta consultoria;

f) Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste parecer foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pela JUSPREV referente à data base 31/12/2023.

Assim, considerando o exposto no presente Parecer Atuarial se conclui que o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS encontra-se em equilíbrio técnico, destacando-se ainda que o Relatório de Avaliação Atuarial, de cunho gerencial, a ser disponibilizado à Entidade contempla análises estatísticas e financeiras quanto ao programa administrativo, histórico de resgates, portabilidades, bem como em relação à população avaliada.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 26 de março de 2024.

Rafael Porto de Almeida
Atuário MIBA nº 1.738

Marco Rasoppi
Atuário MIBA nº 1.776

Karen Tressino
Atuária MIBA nº 1.123



Parecer dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes do FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV
Curitiba – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV (“Fundação” e/ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2020 e deverá ser elaborado e divulgado até o dia 30 de abril do exercício subsequente ao que se referir. O relatório deverá conter, entre outros assuntos, informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos relevantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade;
- se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive, quando aplicável, as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba – PR, 08 de março 2024.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC - PE 000680 / 0-0 "S" - PR
Paulo de Tarso M. Malta Jr.
Contador - CRC - PE - 0018346/0 - "S" - PR



Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho Deliberativo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas, o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2023, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Curitiba, PR, 15 de març o de 2024.

Sérgio Augusto Riani do Carmo
Presidente do Conselho Fiscal

Helaine da Silva Pimentel Pereira
Conselheira Efetiva

Maurício Machado Queiroz Ribeiro
Conselheiro Efetivo

Fabio Costa Gonzaga
Conselheiro Suplente

Geraldo Luiz Ribeiro
Conselheiro Suplente

Carlos Henrique T rres de Souza
Conselheiro Suplente

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os membros do Conselho Deliberativo do FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA – JUSPREV, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios, as Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas, o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2023, e, acatando o parecer do Conselho Fiscal do JUSPREV, manifestam a opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Curitiba, PR, 15 de març o de 2024.

Luiz Ant nio Ferreira de Araújo
Presidente

Alexandre Miguel
Conselheiro Titular

Paulo Cezar Mourão Almeida
Conselheiro Titular

Thiago Brandão de Almeida
Conselheiro Titular

Marcelo Crisanto Souto Maior
Conselheiro Suplente

Virgílio Panagiotis Stavridis
Vice-Presidente

Fabrício Dias Braga de Sousa
Conselheiro Titular

Sandro Loureiro Marones
Conselheiro Titular

Lineu Bonora Peinado
Conselheiro Suplente

Rosi de Oliveira Dequech
Conselheira Suplente



ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

São órgãos estatutários da JUSPREV o Colégio de Instituidoras, o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e o Comitê de Investimentos. Cada órgão exerce seu papel no âmbito de suas atribuições, previstas no Estatuto da entidade.

Conheça cada órgão e seus respectivos integrantes:

- **COLÉGIO DE INSTITUIDORAS** Formado por 102 Associações de Classe de Carreiras Jurídicas Públicas e 1 de Auditoria Fiscal.
- **CONSELHO DELIBERATIVO** Órgão superior da estrutura organizacional, sendo o responsável pela definição das políticas gerais da administração e do plano de benefícios administrado pela JUSPREV.
- **CONSELHO FISCAL** Órgão de controle interno da JUSPREV, responsável pela fiscalização de sua gestão administrativa e econômico-financeira.
- **DIRETORIA EXECUTIVA** Responsável pela administração geral, cabendo-lhe executar as políticas e diretrizes do Conselho Deliberativo, elaborar normas necessárias ao seu funcionamento, controlar e fiscalizar as atividades de seus agentes e representantes.
- **COMITÊ DE INVESTIMENTOS** Tem por objetivo assessorar, em caráter consultivo, a Diretoria Executiva nas decisões relacionadas à gestão dos ativos do plano administrado pela entidade, observadas a segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos a serem realizados, de acordo com a legislação vigente e a Política de Investimentos da JUSPREV.

MEMBROS DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

- **CONSELHO DELIBERATIVO**

Presidente: LUIZ ANTONIO FERREIRA DE ARAUJO (ABRACRED)

Vice-Presidente: VIRGILIO PANAGIOTIS STAVRIDIS (AMPERJ)

CONSELHEIROS:

ALEXANDRE MIGUEL (AMERON)

BRUNO FÉLIX DE ALMEIDA (ANAFE)

FABRÍCIO DIAS BRAGA DE SOUSA (ADPETO)

LINEU BONORA PEINADO (APAMAGIS)

LUZ MARIA ROMANELLI DE CASTRO (AMMP)

MARCELO CRISANTO SOUTO MAIOR (ANPT)

PAULO CEZAR MOURÃO ALMEIDA (AMAGIS)

ROSI DE OLIVEIRA DEQUECH (APAP)

SANDRO LOUREIRO MARONES (AMPRS)

THIAGO BRANDÃO DE ALMEIDA (AMAPI)

- **DIRETORIA EXECUTIVA**

Diretor-Presidente: FRANCISCO BORGES FERREIRA NETO (AMERON)

Diretor Administrativo-Financeiro: JAIR EDUARDO SANTANA (AMAGIS)

Diretor Jurídico e Benefícios: MARCIO HUMBERTO GHELLER (ANFIP)

- **CONSELHO FISCAL**

Presidente: SÉRGIO AUGUSTO RIANI DO CARMO (ADEP-MG)

CONSELHEIROS:

CARLOS HENRIQUE TÔRRES DE SOUZA (AMMP)

FABIO COSTA GONZAGA (ASMETO)

GERALDO LUIZ RIBEIRO (AMAGIS)

HELAINÉ DA SILVA PIMENTEL PEREIRA (AESMP)

MAURÍCIO MACHADO QUEIROZ RIBEIRO (AMAPI)

- **COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Presidente: GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JUNIOR (AMMA)

MEMBROS:

DÉCIO BRUNO LOPES (ANFIP)

FABIO BERTOLI ESMANHOTTO (APEP)

FELIPE LOCKE CAVALCANTI (APMPSP)

MAURÍCIO TREVISAN (AMPRS)

MIGUEL ARCANJO SIMAS NÔVO (ANFIP)

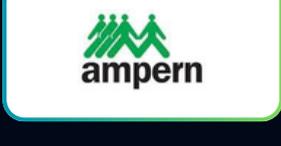
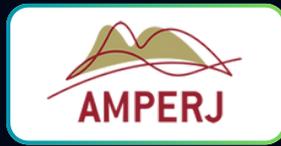


INSTITUIDORAS

A força associativa da JUSPREV alcançou novos patamares com a adesão de sua centésima associação instituidora. Presente em todo o território nacional, a entidade comemorou a extensão do título de maior união formal de carreiras jurídicas públicas do país em um momento de constante expansão.

Presidente: Dr. FREDERICO MENDES JÚNIOR (AMB)

Vice-Presidente: Dr. TARCÍSIO JOSÉ SOUZA BONFIM (CONAMP)





RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

RAI - 2023

JUSPREV



Rua Alberto Folloni, 541 - Térreo - Juvevê
80.530-300
Curitiba - PR



0800.052.3434
(41) 3252 - 3400



/jusprev



/jusprevprevidencia



/jusprev



www.jusprev.org.br